

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos

Conselhos Fiscal e Administrativo do Regime Próprio de Previdência Social de São José do Rio Preto - RIOPRETOPREV

São José do Rio Preto - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Regime Próprio de Previdência Social de São José do Rio Preto ("RIOPRETOPREV"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado (variações patrimoniais), o balanço financeiro e o balanço orçamentário para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalva" as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da RIOPRETOPREV em 31 de dezembro de 2022 o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em consonância às previstas na Lei 4.320/64 e regulamentação do Ministério da Previdência Social.

Base para opinião com ressalva

Conforme nota explicativa no 5, em 31 de dezembro de 2022, a Entidade possui R\$ 147.144 mil relacionado a imóveis recebidos da Prefeitura do Município de São José do Rio Preto para fazer frente a alíquota suplementar instituída pela Lei Complementar 396/2013, cujas reavaliações em 2022 corresponderam ao montante de R\$ 29.334 mil. A Entidade não obteve laudo de avaliação dos referidos imóveis para o saldo registrado em 31 de dezembro de 2021 e consequentemente, não nos foi possível avaliar os efeitos nos resultados de 2022 e dos exercícios anteriores. Adicionalmente, a liquidez destes imóveis depende das condições de mercado no momento da alienação.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores independentes pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação a RIOPRETOPREV, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Conduta Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase – Atualização dos direitos creditórios

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 6 às demonstrações financeiras, que descreve, entre outros assuntos, que o Município inscreveu o direito em precatório oficialmente no início de 2022, o que foi inserido no Mapa Orçamentário do Estado de São Paulo de 2023. Pela regra constitucional, precatórios inscritos e aceitos pelo TJ/SP até 02 de abril de um exercício devem ser pagos até o final do exercício seguinte. Assim, sendo o precatório do IPESP inscrito no início de 2022, em regra, deveria o Estado de SP efetuar o pagamento integral do débito até o final de 2023 (é o chamado regime ordinário de precatório).

Conforme entendimento do STF (Súmula Vinculante 17 e outros julgados), o débito não sofre acréscimo moratório durante o “período de graça” do precatório, que vai desde a inscrição do precatório (início 2022) até o prazo de pagamento (dez/2023), daí porque o débito não sofreu reajuste entre 2022 e 2023.

Após tal prazo, caso o precatório não seja pago pelo Estado integralmente, voltará a incidir os juros moratórios normalmente. Nossa opinião não contém ressalva em relação a esse assunto.

Outros assuntos - Auditoria dos valores correspondentes ao período anterior

Os valores correspondentes referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foram auditados por outros auditores independentes, cujo relatório de auditoria, datado de 10 de março de 2022, continha as seguintes ressalvas:

- a) Conforme nota explicativa nº 6, o Município de São José do Rio Preto editou a Lei Complementar 545 de 6 de setembro de 2017, que transfere o direito de recebimento de créditos judiciais do IPESP – Instituto de Previdência do Estado de São Paulo. Este processo teve seu trânsito julgado e estava em processo de habilitação para o recebimento de precatórios, mas o IPESP impetrou recursos que foram inadmitidos. Em

17 de agosto de 2020, o processo transitou em julgado no Superior Tribunal de Justiça e foi confirmada a forma de atualização dos créditos e que se baseia na tabela de atualização monetária do próprio Tribunal de Justiça, acrescida de juros de 1% ao mês. A Entidade atualizou o saldo até dezembro de 2021, resultando em ganho de R\$ 43.850 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2021. Devido ao processo não ter sido concluído nos tribunais por aguardarse os trâmites para seu efetivo encerramento, não é possível concluir acerca da necessidade de ajuste de ganho ou perda ao valor registrado de R\$ 256.926 mil.

- b) Conforme nota explicativa no 5, em 31 de dezembro de 2021, a Entidade possui R\$ 130.214 mil relacionado a imóveis recebidos da Prefeitura do Município de São José do Rio Preto para fazer frente a alíquota suplementar instituída pela Lei Complementar 396/2013. A Entidade não obteve laudo de avaliação dos referidos imóveis para o saldo registrado em 31 de dezembro de 2021. Consequentemente, não nos foi possível avaliar a necessidade de ajuste a valor de mercado do montante registrado. Adicionalmente, a liquidez destes itens depende das condições de mercado no momento da alienação.

Responsabilidade da Administração RIOPRETOPREV pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em consonância às previstas na Lei 4.320/64 e regulamentação do Ministério da Previdência Social e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração das demonstrações financeiras, livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável, dentro das prerrogativas previstas na Lei 4.320/64 e regulamentação do Ministério da Previdência Social, pela avaliação da capacidade da RIOPRETOPREV continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a RIOPRETOPREV ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto

nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários, tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorções relevantes nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidências de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da RIOPRETOPREV.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da RIOPRETOPREV. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações das demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Fundo a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com a administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinamos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Bauru (SP), 29 de março de 2023.

Assinado eletronicamente por:
Luís Eduardo Azevedo
CPF: 306.779.788-47
Data: 29/03/2023 10:06:29 -03:00



AZEVEDO AUDITORES INDEPENDENTES S/S

CRC-SP2SP036851/O-2.

Luís Eduardo Azevedo - sócio

Contador CRC 1SP-292.909/O



MANIFESTO DE ASSINATURAS



Código de validação: 7ZGVZ-3VU4R-XPZ3E-6ZV7Q

Esse documento foi assinado pelos seguintes signatários nas datas indicadas (Fuso horário de Brasília):

- ✓ Luis Eduardo Azevedo (CPF 306.779.788-47) em 29/03/2023 10:06 - Assinado eletronicamente

Endereço IP	Geolocalização
177.138.34.100	Lat: -22,322315 Long: -49,071619
	Precisão: 9885 (metros)
Autenticação	l.azevedo@azevedoauditoria.com.br
Email verificado	
jWMCsL9DCIofMBO9pRC34ivrcqr6SPq1KxJNRT060gU=	
SHA-256	

Para verificar as assinaturas, acesse o link direto de validação deste documento:

<https://www.assinabrasil.net.br/validate/7ZGVZ-3VU4R-XPZ3E-6ZV7Q>

Ou acesse a consulta de documentos assinados disponível no link abaixo e informe o código de validação:

<https://www.assinabrasil.net.br/validate>

Balanco Patrimonial em 31 de dezembro de 2022

ANEXO 14 BALANÇO PATRIMONIAL					
Exercício de 2022					
ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO	876.455.321,91	802.900.050,71	PASSIVO	876.455.321,91	802.900.050,71
ATIVO CIRCULANTE	278.442.803,54	315.975.638,63	PASSIVO CIRCULANTE	1.955.786,93	2.276.130,92
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	4.940.072,36	3.486.885,36	Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo	1.929.839,88	2.256.187,12
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	273.502.731,18	312.488.753,27	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	23.312,93	17.819,46
ATIVO NÃO-CIRCULANTE	598.012.518,37	486.924.412,08	Demais Obrigações a Curto Prazo	2.634,12	2.124,34
Ativo Realizável a Longo Prazo	450.796.067,77	356.615.290,83	PASSIVO NÃO-CIRCULANTE	875.013.471,27	1.530.043.131,86
Créditos a Longo Prazo	8.010.001,84	11.496.887,20	Provisões a Longo Prazo	875.013.471,27	1.513.517.734,46
Créditos Previdenciários do RPPS	8.010.001,84	11.496.887,20	Demais Obrigações a Longo Prazo	0,00	16.525.397,40
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo	266.527.169,86	256.925.699,86	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	-513.936,29	-729.419.212,07
Investimentos e Aplicações Temporárias a Longo Prazo	176.258.896,07	88.192.703,77	Resultados Acumulados	-513.936,29	-729.419.212,07
Investimentos	147.143.793,86	130.214.289,84	Resultado do Exercício	81.164.716,89	-715.910.296,60
Investimentos do RPPS de Longo Prazo	147.143.793,86	130.214.289,84	Resultado de Exercícios Anteriores	-729.230.452,61	-13.320.156,01
Aplicação em Segmento de Imóveis	147.143.793,86	130.214.289,84	Ajustes de Exercícios Anteriores	647.551.799,43	-188.759,46
Imobilizado	72.656,74	94.831,41			
Bens Móveis	254.109,07	254.109,07			
(-) Depreciação Acumulada	-181.452,33	-159.277,66			
ATIVO FINANCEIRO	449.763.429,25	400.681.457,04	PASSIVO FINANCEIRO	67.993,25	229.469,85
ATIVO PERMANENTE	426.691.892,66	402.218.593,67	PASSIVO PERMANENTE	876.943.311,15	1.532.299.318,98
SALDO PATRIMONIAL	-555.982,49	-729.628.738,12	SALDO PATRIMONIAL	0,00	0,00
Compensações					
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração das Variações Patrimoniais em 31 de dezembro de 2022

ANEXO 15 DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS					
Exercício de 2022					
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	Exercício Atual	Exercício Anterior	VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	Exercício Atual	Exercício Anterior
	975.674.473,32	519.411.385,43		894.509.756,43	1.235.321.682,03
CONTRIBUIÇÕES	216.254.011,74	154.300.332,95	PESSOAL E ENCARGOS	5.146.718,15	4.988.688,74
Contribuições Sociais	216.254.011,74	154.300.332,95	Remuneração A Pessoal	4.822.066,87	4.722.856,72
EXPLORAÇÃO E VENDA DE BENS, SERVIÇOS E DIREITOS	120.405,06	0,00	Encargos Patronais	324.651,28	265.832,02
Exploração De Bens E Direitos E Prestação De Serviços	120.405,06	0,00	BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS	182.538.483,68	155.770.149,61
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	97.600.322,46	48.898.729,85	Aposentadorias E Reformas	167.598.644,15	142.412.077,78
Remuneração De Depósitos Bancários E Aplicações Financeiras	97.600.322,46	48.898.729,85	Pensões	14.939.839,53	13.358.071,83
VALORIZAÇÃO E GANHOS COM ATIVOS	29.334.514,02	43.850.031,04	USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	810.628,64	860.917,14
Reavaliação De Ativos	29.334.504,02	43.850.005,04	Uso De Material De Consumo	11.663,89	3.429,08
Ganhos Com Desincorporação De Passivos	10,00	26,00	Serviços	776.790,08	834.744,06
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	632.365.220,04	272.362.291,59	Depreciação, Amortização E Exaustão	22.174,67	22.744,00
Reversão De Provisões E Ajustes De Perdas	608.946.932,67	217.734.821,37	VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS	0,00	21.817,50
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	23.418.287,37	54.627.470,22	Juros E Encargos De Mora	0,00	21.817,50
			DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS E INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	85.346.838,74	41.135.849,86
			Reavaliação, Redução A Valor Recuperável E Ajuste Para Perdas	85.346.838,74	41.135.849,86
			TRIBUTARIAS	2.483.858,85	1.664.624,01
			Contribuições	2.483.858,85	1.664.624,01
			OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	618.183.228,37	1.030.879.635,17
			Vpd De Constituição De Provisões	618.183.228,37	1.030.879.635,17
Resultado Patrimonial do Período:				81.164.716,89	-715.910.296,60

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Balanco orçamentário em 31 de dezembro de 2022

Anexo 12

Balanco Orçamentário

Exercício de 2022

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)	SALDO (c = b - a)
RECEITAS CORRENTES	255.380.000,00	255.380.000,00	260.824.294,06	5.444.294,06
CONTRIBUIÇÕES	161.051.000,00	161.051.000,00	219.740.897,10	58.689.897,10
Contribuições Sociais	161.051.000,00	161.051.000,00	219.740.897,10	58.689.897,10
RECEITA PATRIMONIAL	7.024.000,00	7.024.000,00	32.838.361,99	25.814.361,99
Exploração Do Patrimônio Imobiliário Do Estado	24.000,00	24.000,00	120.405,06	96.405,06
Valores Mobiliários	7.000.000,00	7.000.000,00	32.717.956,93	25.717.956,93
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	87.305.000,00	87.305.000,00	8.245.034,97	-79.059.965,03
Indenizações, Restituições E Ressarcimentos	133.000,00	133.000,00	40.691,42	-92.308,58
Multas E Juros De Mora Das Receitas De Capital	0,00	0,00	213.296,72	213.296,72
Demais Receitas Correntes	87.172.000,00	87.172.000,00	7.991.046,83	-79.180.953,17
SUBTOTAL DAS RECEITAS (I)	255.380.000,00	255.380.000,00	260.824.294,06	5.444.294,06
REFINANCIAMENTO (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (III) = (I+II)	255.380.000,00	255.380.000,00	260.824.294,06	5.444.294,06
DÉFICIT (IV)		0,00		
TOTAL (V) = (III + IV)	255.380.000,00	255.380.000,00	260.824.294,06	
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADO PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	0,00			
Superávit Financeiro	0,00			
Reabertura de créditos adicionais	0,00			

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Anexo 12

Balanco Orçamentário

Exercício de 2022

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS (f)	DESPESAS LIQUIDADAS (g)	DESPESAS PAGAS (h)	SALDO DA DOTAÇÃO (i = e - f)
DESPESAS CORRENTES	191.319.000,00	211.379.000,00	191.182.519,06	191.140.472,86	191.115.244,91	20.196.480,94
Pessoal E Encargos Sociais	183.260.000,00	203.260.000,00	188.009.957,19	188.008.072,21	188.006.157,19	15.250.042,81
Outras Despesas Correntes	8.059.000,00	8.119.000,00	3.172.561,87	3.132.400,65	3.109.087,72	4.946.438,13
DESPESAS DE CAPITAL	112.000,00	112.000,00	0,00	0,00	0,00	112.000,00
Investimentos	112.000,00	112.000,00	0,00	0,00	0,00	112.000,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	63.949.000,00	43.889.000,00	0,00	0,00	0,00	43.889.000,00
Reserva De Contingencia	63.949.000,00	43.889.000,00	0,00	0,00	0,00	43.889.000,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS (VI)	255.380.000,00	255.380.000,00	191.182.519,06	191.140.472,86	191.115.244,91	64.197.480,94
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA/ REFINANCIAMENTO (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (VIII) = (VI) + (VII)	255.380.000,00	255.380.000,00	191.182.519,06	191.140.472,86	191.115.244,91	64.197.480,94
SUPERÁVIT (IX)			69.641.775,00			
TOTAL (X) = (VIII + IX)	255.380.000,00	255.380.000,00	260.824.294,06	191.140.472,86	191.115.244,91	

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.



Regime Próprio de Previdência Social do Município de São José do Rio Preto - RIOPRETOPREV
 Rua General Glicério, 3553 - Centro - CEP 15015-400 – São José do Rio Preto-SP
 Telefone/WhatsApp - (17) 3222-7445 - e-mail riopretoprev@riopreto.sp.gov.br
 Facebook: <https://www.facebook.com/riopretoprev1> – Instagram: @riopretoprev



PREFEITURA DE
RIO PRETO

Balanço financeiro em 31 de dezembro de 2022

Balanço Financeiro					
Exercício de 2022					
RECEITA			DESPESA		
TÍTULOS	VALOR		TÍTULOS	VALOR	
RECEITA ORÇAMENTÁRIA			DESPESA ORÇAMENTÁRIA		
Ordinária			Ordinária		
Vinculada			Vinculada		
Alienação de Bens			Alienação de Bens		
Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE			Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE		
Royalties da Exploração do Petróleo e Gás Natural			Royalties da Exploração do Petróleo e Gás Natural		
Educação			Educação		
Saúde			Saúde		
Trânsito			Trânsito		
Assistência Social			Assistência Social		
Regime Próprio de Previdência	260.824.294,06		Regime Próprio de Previdência	191.182.519,06	
Convênio com Recursos Ordinários			Convênio com Recursos Ordinários		
Transferências Especiais da União			Transferências Especiais da União		191.182.519,06
(-) Deduções da Receita Orçamentária		260.824.294,06	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS		
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS			PAGAMENTOS EXTRA-ORÇAMENTÁRIOS		
RECEBIMENTOS EXTRA-ORÇAMENTÁRIOS			RESTOS A PAGAR		
RESTOS A PAGAR			Liquidados no Período	161.198,49	
Inscritos no Período	67.274,15		SERVIÇO DA DÍVIDA A PAGAR		
SERVIÇO DA DÍVIDA A PAGAR			Liquidados no Período		
Inscritos no Período			DEPÓSITOS		
DEPÓSITOS			Restituições no Período	14.512.257,63	
Recebidos no Período	14.510.875,58		OUTRAS MOVIMENTAÇÕES EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS		
OUTRAS MOVIMENTAÇÕES EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS			Conforme Anexo 13-A	1.471.247.036,30	1.485.920.492,42
Conforme Anexo 13-A	1.362.714.545,60	1.377.292.695,33	SALDO EM ESPÉCIE P/ O EXERCÍCIO SEGUINTE		
SALDO EM ESPÉCIE DO EXERCÍCIO ANTERIOR			DISPONÍVEL		
DISPONÍVEL			DISPONÍVEL EM MOEDA NACIONAL		
DISPONÍVEL EM MOEDA NACIONAL			Caixa		
Caixa			Bancos c/ Movimento		
Bancos c/ Movimento			Aplicações Financeiras		
Aplicações Financeiras			Aplicações Financeiras - RPPS	273.502.731,18	273.502.731,18
Aplicações Financeiras - RPPS	312.488.753,27	312.488.753,27	TOTAL		1.950.605.742,66
TOTAL		1.950.605.742,66	TOTAL		1.950.605.742,66

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Anexo 13-A - DEMONSTRAÇÃO DAS CONTAS DE RECEITA E DESPESA QUE CONSTITUEM O TÍTULO DE "DIVERSAS CONTAS" DO BALANÇO FINANCEIRO

Exercício de 2022

Discriminação	Movimento do Período		Resultado do Período	
	Débito	Crédito	Receita	Despesa
ATIVO CIRCULANTE	<u>10.490.033,72</u>	<u>9.036.846,72</u>		<u>1.453.187,00</u>
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	10.490.033,72	9.036.846,72		1.453.187,00
ATIVO NÃO CIRCULANTE	<u>251.411.558,17</u>	<u>150.323.451,88</u>	<u>22.174,67</u>	<u>111.110.280,96</u>
Créditos a Longo Prazo	201.315.468,69	107.134.691,95		94.180.776,94
Investimentos	60.095.153,14	43.165.649,12		16.929.504,02
Imobilizado	936,14	23.110,81	22.174,67	
PASSIVO CIRCULANTE	<u>235.059.167,95</u>	<u>234.834.130,35</u>	<u>101.632,78</u>	<u>326.670,38</u>
Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais	206.143.112,25	205.816.441,87		326.670,38
Fornecedores e Contas a Pagar	646.778,22	746.519,17	99.740,95	
Obrigações Fiscais de Curto Prazo	2.481.313,55	2.481.313,55		
Demais Obrigações a Curto Prazo	25.787.963,93	25.789.855,76	1.891,83	
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	<u>1.925.208.577,97</u>	<u>1.270.178.917,38</u>		<u>655.029.660,59</u>
Provisões	1.904.428.050,45	1.265.923.787,26		638.504.263,19
Demais Obrigações a Longo Prazo	20.780.527,52	4.255.130,12		16.525.397,40
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	<u>1.614.906.654,61</u>	<u>2.262.647.213,50</u>	<u>647.740.558,89</u>	
VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA	<u>813.406.345,28</u>	<u>110.079.107,91</u>		<u>703.327.237,37</u>
VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA	<u>203.261.107,43</u>	<u>918.111.286,69</u>	<u>714.850.179,26</u>	
TOTAL:	<u>5.063.743.445,13</u>	<u>4.955.210.954,43</u>	<u>1.362.714.545,60</u>	<u>1.471.247.036,30</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2022

1 CONTEXTO OPERACIONAL

O Regime Próprio de Previdência Social de São José do Rio Preto foi instituído pela Lei Complementar nº 139 de 28 de dezembro de 2001, com alterações posteriores introduzidas pelas Leis Complementares nº 197 de 18 de novembro de 2004, nº 203 de 03 de março de 2005, nº 216 de 27 de dezembro de 2005, nº 364 de 24 de abril de 2012, nº 566 de 28 de junho de 2018, nº 645, de 22 de dezembro de 2020 e 695, de 26 de outubro de 2022.

O Regime Próprio de Previdência Social do Município de São José do Rio Preto – RIOPRETOPREV é uma Autarquia integrante da estrutura da administração pública do município que tem por finalidade a administração, o gerenciamento e a operacionalização do regime próprio, incluindo a arrecadação e gestão de recursos e fundos previdenciários, a concessão, o pagamento e a manutenção dos benefícios (Unidade Gestora).

Por sua vez, o Regime Próprio é o sistema de previdência, estabelecido no âmbito do município, que assegure, por lei, ao servidor titular de cargo efetivo, pelo menos os benefícios de aposentadoria e pensão por morte previstos no art. 40 da Constituição Federal.

Em conformidade com a legislação mencionada, são órgãos executivos da Entidade:

- Conselho Municipal de Previdência;
- Conselho Fiscal;
- Diretoria; e
- Comitê de Investimentos.

2 RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir a reavaliação de ativos e passivos financeiros (quando aplicável), mensurados ao valor justo contra o resultado do exercício.

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com a legislação aplicável à contabilidade e às finanças públicas, em especial a Lei 4.320 de 17 de março de 1964, Lei de Responsabilidade Fiscal (LC nº 101, de 04 de maio de 2000), Portaria MPS Nº 509/13, Portaria STN 634/13, Portaria MTP nº 1467/22, bem como as normas brasileiras de contabilidade do setor público – NBC T SP, Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP, dentre outras normas publicadas pela Secretaria da Previdência do Ministério da Previdência Social, além dos desdobramentos, regras de validação previstas no plano de contas AUDESP e outras orientações expedidas pelo Tribunal de Contas de São Paulo.

As alterações da situação líquida patrimonial foram registradas em contas de variações

patrimoniais aumentativas e variações patrimoniais diminutivas, conforme as instruções do MCASP.

3 DISPONIBILIDADES

3.1 - Caixa

A Entidade trata devidamente dos seus registros, possuindo cópias digitalizadas para recuperação em caso de eventual sinistro. Todos os documentos da tesouraria foram arquivados corretamente, sendo que existem comprovantes do fornecimento do material/ou serviço, documento fiscal e outros, sendo fácil a comprovação da sua legalidade.

A Entidade não possui valor mínimo em caixa, sendo que a sua movimentação financeira é feita por meios bancários, mantendo os fundos de investimentos vinculados às contas correntes, com aplicações e resgates automáticos. Em 31 de dezembro de 2022, não havia saldo disponível em conta caixa.

3.2 – Bancos Conta Movimento

A movimentação financeira da Entidade é feita por meios bancários em contas correntes do Banco do Brasil S/A e da Caixa Econômica Federal, com aplicações e resgates automáticos em fundos de investimento. Em 31 de dezembro de 2022, não havia saldo disponível em conta corrente.

4 APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Os investimentos são efetuados de acordo com diretrizes estabelecidas pelo Comitê de Investimentos, conforme determina a Resolução CMN nº 4.963 de 25 de novembro de 2021. A Entidade classificou os investimentos como “títulos para negociação”, com exceção para os títulos emitidos pelo Tesouro Nacional, que foram classificados como “Mantidos até o Vencimento”.

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, os investimentos em cotas de fundos de investimento e títulos emitidos pelo Tesouro Nacional foram classificados conforme segue:

	2022	2021
Fundos de investimento em renda fixa ou referenciados	154.737.123,38	180.796.761,06
Fundos de investimento em renda variável	130.533.306,68	131.691.992,21
Fundos Avaliados a Valor de Mercado	9.359.843,26	0,00
Titulos do tesouro nacional	155.131.353,93	68.442.724,66
Circulante	273.502.731,18	312.488.753,27
Não circulante	176.258.896,07	88.192.703,77

4.1 – Fundos de investimento

Demonstramos abaixo as aplicações em fundos de investimento regulamentados pela Comissão de Valores Mobiliários:

Fundo	CNPJ	Instituição financeira	2022	2021
Bradesco Instit Fc Fi Rf Lma B3	20.216.216/0001-04	Banco Bradesco S.A.	7.467.886,33	6.832.799,10
Bradesco Instit Fc Fi Rf Lma-B	08.702.798/0001-25	Banco Bradesco S.A.	19.237.077,11	18.156.087,36
Bradesco Fia Mid Small Cap	06.988.623/0001-09	Banco Bradesco S.A.	14.403.519,50	13.698.761,52
Bb Prev Rf Alocação Ativa Fc Fi	25.078.994/0001-90	Banco do Brasil S.A.	-	18.644.572,71
Bb Prev Rf Alocação Ativa Retorno Total Fc Fi	35.292.588/0001-89	Banco do Brasil S.A.	11.713.454,55	-
Bb Previd Rf Lma-B Tp Fi	07.442.078/0001-05	Banco do Brasil S.A.	13.388.446,85	17.476.188,18
Bb Prev Ações Alocação Fia	18.270.783/0001-99	Banco do Brasil S.A.	21.302.983,83	20.552.354,22
Bb Ações Eq Global Fc Fi - Bdr Nível I	22.632.237/0001-28	Banco do Brasil S.A.	1.843.256,03	2.467.314,47
Bb Ações Seleção Fatorial Fc Fi	07.682.792/0001-14	Banco do Brasil S.A.	2.040.835,40	2.056.359,01
Bb Ações Nordeste Global Climate And Environment Is Fi	28.578.936/0001-13	Banco do Brasil S.A.	2.372.111,90	3.126.796,72
Bb Multimercado Global Select Equity Is Fi	17.413.636/0001-68	Banco do Brasil S.A.	610.246,55	755.713,24
Bb Prev Rf Tp Ipca Fi	15.486.093/0001-83	Banco do Brasil S.A.	5.363.918,37	5.023.345,03
Bb Prev Rf Tp Ipca Lii Fi	19.303.795/0001-35	Banco do Brasil S.A.	553.904,10	1.775.422,59
Bb Prev Rf Tp Ipca Lii (Cred Priv)	14.091.645/0001-91	Banco do Brasil S.A.	2.690.170,39	2.459.330,39
Bb Prev Rf Fluxo Fc Fi	13.077.415/0001-05	Banco do Brasil S.A.	190.171,36	10,03
Santander Fc Fi Lma-B3 Tit Publ Rf	13.455.117/0001-01	Banco Santander S.A.	8.722.047,50	7.960.607,24
Santander Ge Global Equity Eng Reais Mm Is Fi	34.258.351/0001-19	Banco Santander S.A.	5.446.701,03	6.336.090,36
Western Asset Lma B Ativo Fi Rf	09.087.301/0001-79	BNP Paribas Brasil S.A.	4.826.413,70	4.656.158,94
Western Asset Lma B5 Ativo Fi Rf	17.517.577/0001-78	BNP Paribas Brasil S.A.	9.680.428,53	9.028.878,71
Western Asset Fia Bdr Nível I	19.831.126/0001-36	BNP Paribas Brasil S.A.	7.136.631,66	11.387.842,94
Western Asset Us Index 500 Fim	17.453.850/0001-48	BNP Paribas Brasil S.A.	-	22.832.174,69
Caixa Brasil Disponibilidades Fi Renda Fixa	14.508.643/0001-55	Caixa Econômica Federal	666.134,48	916.792,01
Caixa Brasil Fi Idm Ipca 2A Rf Lp	14.386.926/0001-71	Caixa Econômica Federal	1.706.073,90	1.564.627,81
Caixa Brasil Lma B5 Tp Rf Lp	11.060.913/0001-10	Caixa Econômica Federal	14.898.653,78	13.585.179,22
Caixa Brasil Lma Geral Titulos Publicos Fi Renda Fixa Lp	11.061.217/0001-28	Caixa Econômica Federal	-	4.458.852,28
Caixa Brasil Gestio Estrategica Rf Fc	23.215.097/0001-55	Caixa Econômica Federal	9.413.425,43	14.432.971,94
Fic Acoes Expert Vinci Valor Rpps	14.507.699/0001-95	Caixa Econômica Federal	16.925.782,71	16.153.416,67
Fic Fia Caixa Brasil Ações Livre Quantitativo	30.068.169/0001-44	Caixa Econômica Federal	4.119.933,26	4.020.498,97
Caixa Institucional Fia Bdr Nível I	17.502.937/0001-68	Caixa Econômica Federal	4.893.804,74	6.848.200,77
Caixa Fi Ações Brasil Hf Bovespa	15.154.236/0001-50	Caixa Econômica Federal	4.126.376,73	3.926.341,30
Fic Fi Caixa Novo Brasil Rf Ref Lma-B Lp	10.646.895/0001-90	Caixa Econômica Federal	30.060.957,37	46.456.605,89
Fic Fi Caixa Brasil Renda Fixa Ativa Lp	35.536.532/0001-22	Caixa Econômica Federal	-	3.548.129,63
Caixa Brasil Rf Ref Di Lp	03.737.206/0001-97	Caixa Econômica Federal	13.418.012,73	13.076.917,93
Caixa Fi Indexa Bolsa Americana Multimercado Lp	30.036.235/0001-02	Caixa Econômica Federal	4.681.508,88	5.318.306,71
Caixa Brasil Fi 2024 Vi Tp Rf	22.791.074/0001-26	Caixa Econômica Federal	955.780,05	927.193,47
Caixa Brasil Matriz Rf	23.215.008/0001-70	Caixa Econômica Federal	2.273.597,58	-
Caixa Brasil Titulos Publicos Rf Lp	05.164.356/0001-84	Caixa Econômica Federal	1.708.423,81	-
Kinea Private Equity Iv Feeder Instit I Fip Multiestrategia	27.782.774/0001-78	Lions Trust Adm Rec Ltda	11.072.335,30	9.564.687,63
Kinea Private Equity V Feeder Instit I Fip Multiestrategia	41.745.796/0001-99	Intrag DTVM Ltda	695.363,58	-
Rio Bravo Proteção Fim	42.813.674/0001-55	Rio Bravo Investimentos Ltda	1.021.685,84	-
Btg Pactual S&P 500 Bdr Fim	36.499.594/0001-74	Banco BTG Pactual S.A.	20.943.865,77	-
Xp Dividendos Fi Ações	16.575.255/0001-12	XP Investimentos S.A.	2.492.866,07	2.150.637,75
Mis Global Opportunity Adv Is Fc Ações	33.913.562/0001-85	XP Investimentos S.A.	4.401.497,90	8.041.182,87
			289.470.284,60	332.237.350,30
			289.138.045,60	332.095.828,30

4.2 – Títulos do Tesouro Nacional

Em atendimento à Portaria SPREV nº 4, de 5 de fevereiro de 2018, demonstramos o efeito contábil decorrente da “marcação na curva” dos títulos públicos adquiridos pelo Regime Próprio de Previdência Social, para fazer frente aos compromissos atuarias:

Descrição	Vencimento	Quantidade	PU Curva	Valor Curva 2022	PU Mercado	Valor Mercado 2022	Resultado
NTN-B	15/08/2024	1.617	4.127,44	6.674.076,31	4.052,15	6.552.332,63	121.743,68
NTN-B	15/08/2026	2.619	4.142,96	10.850.408,14	4.058,28	10.628.634,84	221.773,30
NTN-B	15/05/2035	1.241	4.268,78	5.297.558,83	3.998,45	4.962.080,03	335.478,80
NTN-B	15/05/2035	1.206	4.400,41	5.306.892,95	3.998,45	4.822.134,18	484.758,77
NTN-B	15/05/2035	1.201	4.453,79	5.349.001,96	3.998,45	4.802.141,91	546.860,05
NTN-B	15/05/2035	1.217	4.434,63	5.396.943,77	3.998,45	4.866.117,16	530.826,61
NTN-B	15/08/2040	1.207	4.521,67	5.457.658,11	4.022,58	4.855.251,33	602.406,78
NTN-B	15/08/2040	1.247	4.372,36	5.452.335,72	4.022,58	5.016.154,44	436.181,28
NTN-B	15/08/2040	2.415	4.606,23	11.124.047,43	4.022,58	9.714.525,24	1.409.522,19
NTN-B	15/08/2040	2.417	4.627,72	11.185.189,48	4.022,58	9.722.570,40	1.462.619,08
NTN-B	15/05/2045	1.257	4.185,35	5.260.989,54	3.945,28	4.959.210,87	301.778,67
NTN-B	15/08/2040	333	4.223,30	1.406.358,93	4.022,58	1.339.518,39	66.840,54
NTN-B	15/05/2045	1.254	4.103,75	5.146.107,57	3.945,28	4.947.375,05	198.732,52
NTN-B	15/08/2050	253	4.221,38	1.068.007,93	3.984,95	1.008.191,54	59.816,39
NTN-B	15/08/2050	2.549	3.914,19	9.977.279,45	3.984,95	10.157.629,38	-180.349,93
NTN-B	15/05/2055	2.594	3.846,46	9.977.726,24	3.933,03	10.202.272,11	-224.545,87
NTN-B	15/05/2045	4.885	4.083,72	19.948.984,61	3.945,28	19.272.669,15	676.315,46
NTN-B	15/08/2050	2.493	4.070,22	10.147.059,57	3.984,95	9.934.472,36	212.587,21
NTN-B	15/05/2035	1.265	3.997,45	5.056.779,94	3.998,45	5.058.042,90	-1.262,96
NTN-B	15/08/2026	2.500	4.013,65	10.034.130,55	4.058,28	10.145.699,55	-111.568,99
NTN-B	15/05/2045	1.306	3.839,06	5.013.816,90	3.945,28	5.152.529,36	-138.712,46
Títulos do Tesouro Nacional				<u>155.131.353,93</u>		<u>148.119.552,80</u>	<u>7.011.801,13</u>

O Regime Próprio confirma a intenção e a capacidade financeira para manter os ativos supramencionados na carteira própria até os seus respectivos vencimentos.

4.3 – Letas Financeiras

Em atendimento à Portaria SPREV nº 4, de 5 de fevereiro de 2018, demonstramos o efeito contábil decorrente da “marcação na curva” de Letras Financeiras adquiridas pelo Regime Próprio de Previdência Social, para fazer frente aos compromissos atuarias:

Descrição	Vencimento	Quantidade	PU Curva	Valor Curva 2022	PU Mercado	Valor Mercado 2022	Resultado
LFSN	28/07/2032	10	515.998,87	5.159.988,72	561.711,62	5.617.116,18	-457.127,46
Letra Financeira				<u>5.159.988,72</u>		<u>5.617.116,18</u>	<u>-457.127,46</u>

O Regime Próprio confirma a intenção e a capacidade financeira para manter os ativos supramencionados na carteira própria até os seus respectivos vencimentos.

5 IMÓVEIS

Para cobertura do déficit técnico apurado em cálculo atuarial, conforme item 12 desta nota

explicativa, o Município de São José do Rio Preto instituiu a alíquota suplementar de contribuição a seu cargo (Poderes Executivo, Legislativo, de suas autarquias e fundações e demais entidades sob seu controle direto ou indireto) a ser realizada ao longo de 35 anos, de 01 de janeiro de 2020 a 31 de dezembro de 2054.

Para fazer frente à alíquota suplementar supracitada, a Prefeitura Municipal repassou imóveis ao RPPS. Em 2022, um dos imóveis foi alienado por valor superior ao inicial da data da transferência, porém não havendo lucro ou perda na venda, haja vista o mesmo ter sido arrematado pelo valor mínimo definido em avaliação oficial, nos termos da legislação municipal e federal:

	Imóveis
Saldo em 31 de dezembro de 2021	130.214.289,84
Reavaliações no ano de 2022	29.334.504,02
Venda do imóvel matrícula 66.674 em 11/10/2022	-12.405.000,00
Saldo em 31 de dezembro de 2022	147.143.793,86

6 DIREITOS CREDITÓRIOS

	2022	2021
Direitos creditórios	256.925.699,86	256.925.699,86

O Município de São José do Rio Preto entrou com ação para ressarcimento de créditos pagos indevidamente no período de 1962 a 1999 (mais pensões pagas indevidamente de 1999 a 2008), que originou o processo 0037985-46.2008.26.0576 contra o IPESP – Instituto e Previdência do Estado de São Paulo. Em 23 de agosto de 2012, foi emitido laudo por perito nomeado pelo Tribunal de Justiça para efetuar os devidos cálculos do crédito. O laudo demonstrou, naquela data, um saldo de R\$ 73.319.200,80 a ser ressarcido ao município.

Em 31 de julho de 2017, foi apresentada nova atualização de valores por meio de laudo da Procuradoria-Geral do Município, ocorrendo o trânsito em julgado do mérito da ação e a homologação expressa do valor outrora apresentado. Foi dado, então, início à execução da decisão judicial, com a apresentação do laudo contendo o cálculo atualizado, hipótese em que houve decisão judicial homologando os cálculos. O valor homologado, com a devida atualização arbitrada pela decisão, somou, em meados de 2017, o montante de R\$ 155.709 (milhões).

Em 6 de setembro de 2017, foi editada a Lei Complementar nº 545, do Município de São José do Rio Preto, que autorizou este a custear, a partir do exercício de 2018, as contribuições previdenciárias suplementares estabelecidas pela Lei 396/2013 e alterada pela Lei 532/2017, com

o crédito oriundo do referido processo judicial. Assim, o Município, por meio da referida Lei, transferiu à RIOPRETOPREV os direitos sobre os créditos oriundos do processo em questão pelo valor do laudo apresentado em 31 de julho de 2017.

A execução judicial está representada pelo processo 0021416-52.2017.8.26.0576. Em 27 de novembro de 2017, o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, por meio de decisão, homologou os cálculos supramencionados, os quais já haviam sido confirmados em 1ª Instância.

Apesar de decisão favorável, a Fazenda do Estado de SP, representando o IPESP, continuou na tentativa de questionar os cálculos, atrasando a continuidade da execução, impugnando e recorrendo até as últimas instâncias: o IPESP apresentou, dentre os recursos, agravo de instrumento contra a decisão que homologou os cálculos, ao qual foi negado provimento. Posteriormente, apresentou embargos de declaração que também foram rejeitados pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, em 8 de novembro 2019. O IPESP, ainda, interpôs recurso especial para o STJ, com fundamento no artigo 105, inciso III, alíneas “a” e “c”, da Constituição da República, incitando que a decisão descumpriria legislação federal e jurisprudência.

Porém, em 17 de agosto de 2020, após o julgamento do último recurso cabível, ao qual foi negado provimento pelo STJ, houve o trânsito em julgado da decisão homologatória daqueles cálculos, inclusive referente à impugnação dos cálculos por parte do IPESP, encerrando qualquer discussão sobre o processo, o que tornou definitiva a forma de cálculo defendida pelo Município ao propor a execução, cuja metodologia deveria continuar a ser seguida nas atualizações futuras, até o efetivo pagamento.

Assim, a Procuradoria Geral do Município vem atualizando os valores conforme Tabela Prática para Cálculo de Atualização Monetária dos Débitos Judiciais (INPC), acrescidos de 1% ao mês, conforme a decisão. O efeito total no resultado do exercício passado foi de R\$ 43.850, e o valor do direito creditório contabilizado em 31 de dezembro de 2022 era de R\$ 256.926, idêntico ao valor de 31 de dezembro de 2021.

Por fim, após o cumprimento de toda a burocracia exigida pelo TJ/SP, o Município inscreveu o direito em precatório oficialmente no início de 2022, o que foi inserido no Mapa Orçamentário do Estado de São Paulo de 2023. Pela regra constitucional, precatórios inscritos e aceitos pelo TJ/SP até 02 de abril de um exercício devem ser pagos até o final do exercício seguinte. Assim, sendo o precatório do IPESP inscrito no início de 2022, em regra, deveria o Estado de SP efetuar o pagamento integral do débito até o final de 2023 (é o chamado regime ordinário de precatório).

E, conforme entendimento do STF (Súmula Vinculante 17 e outros julgados), o débito não sofre acréscimo moratório durante o “período de graça” do precatório, que vai desde a inscrição do precatório (início 2022) até o prazo de pagamento (dez/2023), daí porque o débito não sofreu reajuste entre 2022 a 2023.

Após tal prazo, caso o precatório não seja pago pelo Estado integralmente, voltará a incidir os juros moratórios normalmente.

7 OUTROS ATIVOS

	2022	2021
Acordo de parcelamento CADPREV nº 412/2021	5.277.411,88	6.943.963,00
Acordo de parcelamento CADPREV nº 662/2021	6.219.475,32	8.039.809,56
	<u>11.496.887,20</u>	<u>14.983.772,56</u>
Circulante	3.486.885,36	0,00
Não circulante	8.010.001,84	14.983.772,56
	<u>11.496.887,20</u>	<u>14.983.772,56</u>

Parcelamentos de contribuição de alíquotas suplementares conforme termos de acordo de parcelamentos e confissão de débitos previdenciários:

8 IMOBILIZADO

	2022	2021
Valores contábeis de:		
Máquinas, aparelhos, equipamentos e ferramentas	6.746,92	8.893,32
Bens de informática	15.811,09	24.311,59
Móveis e utensílios	18.893,49	24.563,49
Veículos	15.132,56	16.763,60
Demais bens móveis	13.564,14	17.492,88
	<u>R\$70.148,20</u>	<u>R\$92.024,88</u>

9 OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIAS

Representadas por:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Férias (servidores Rio Preto Prev)	218.541,31	155.350,75
Precatórios a pagar	1.711.298,57	2.100.836,37
	<u>1.929.839,88</u>	<u>2.256.187,12</u>

10 FORNECEDORES

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Fornecedores diversos a pagar	23.312,93	17.819,46
	<u>23.312,93</u>	<u>17.819,46</u>

11 OUTRAS OBRIGAÇÕES

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Impostos retidos a repassar (IRRF, ISS e INSS)	719,10	742,26
Outras	1.915,02	1.382,08
	<u>2.634,12</u>	<u>2.124,34</u>

O repasse de Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) referente ao mês de dezembro de 2020 foi efetuado no início do ano de 2021. O repasse de dezembro de 2021 ocorreu dentro do próprio exercício. O repasse de dezembro de 2022 ocorreu dentro do próprio exercício.

12 RESERVAS MATEMÁTICAS

Representam as obrigações estimadas, líquidas de contribuições a receber. O passivo atuarial é determinado pela soma da reserva matemática de benefícios concedidos e da reserva matemática de benefícios a conceder, que contemplam os valores presentes de contribuições futuras e de benefícios futuros. Os registros contábeis contidos na Avaliação Atuarial são de responsabilidade

técnica do atuário Thiago Costa Fernandes, MIBA 100.002, da empresa Brasilis Consultoria Atuarial Ltda.

	2022	2021
Provisão de benefícios concedidos		
Aposentadorias/pensões/outras benefícios concedidos do Plano Previdenciário	2.312.128.957,18	2.008.997.887,84
Contribuições do Aposentado para o Plano Previdenciário	-98.321.591,83	-83.230.550,86
Contribuições dos Pensionistas para o Plano Previdenciário	-2.961.241,16	-3.751.854,20
Compensação Previdenciária do Plano Previdenciário	-111.777.641,71	-107.046.502,99
Provisão de benefícios a conceder		
Aposentadorias/Pensões/Outros Benefícios a conceder do Plano Previdenciário	2.820.262.163,59	2.537.143.716,60
Contribuições do Ente para o Plano de Previdência	-795.950.278,43	-666.109.624,50
Contribuições do Ativo para o Plano Previdenciário	-542.398.886,56	-458.139.530,15
Compensação Previdenciária do Plano previdenciário	-175.652.292,30	-179.041.413,99
Plano de amortização	-2.558.069.694,82	-2.183.775.658,99
Ajuste de resultado atuarial	26.256.095,89	
	<u>873.515.589,85</u>	<u>865.046.468,76</u>

13 PROVISÃO PARA RISCOS CÍVEIS

A Entidade é parte envolvida em processos cíveis, cujo resultado pode impactar no resultado contábil:

	Cível	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	730.706,80	730.706,80
Acrescimos	767.174,62	767.174,62
Saldo em 31 de dezembro de 2022	<u>1.497.881,42</u>	<u>1.497.881,42</u>

Resumo de litígios	Provável	Possível	Total
Cíveis	1.497.881,42	8.502.026,88	9.999.908,30
	1.497.881,42	8.502.026,88	9.999.908,30

Em 31 de dezembro de 2022, o montante de causas com perdas consideradas como possíveis era de R\$ 8.502.026,88.

14 ADIANTAMENTOS A APROPRIAR

Saldo das obrigações da Entidade destinado a quitar as contribuições suplementares futuras, por conta do adiantamento oferecido pela Prefeitura Municipal por meio da transferência de imóveis e direito creditório, conforme notas explicativas nº 5 e nº 6, respectivamente:

	2022	2021
Imóveis	0,00	16.527.595,58
Direitos creditórios	0,00	0,00
	<u>0,00</u>	<u>16.527.595,58</u>

15 RESULTADO DO EXERCÍCIO

15.1 Resultado financeiro

Demonstramos abaixo o resultado financeiro do exercício:

	2022	2021
Contribuições sociais	154.664.954,80	134.597.339,14
Contribuição suplementar (espécie)	60.531.482,53	19.702.993,81
Contribuição suplementar (parcelamentos)	4.544.459,77	2.450.654,24
Autorização Precaria de Uso de Bem Publico	120.405,06	-
Parcelas da venda do imóvel e suas Atualizações	1.799.339,68	-
Compensação financeiras (Comprev)	6.405.003,87	5.428.575,89
Variações patrimoniais aumentativas diversas	40.691,42	130.355,31
Entradas financeiras	228.106.337,13	162.309.918,39
Aposentadorias	167.598.644,15	142.412.077,78
Pensões	14.939.839,53	13.358.071,83
Obrigações trabalhistas	2.398.272,86	2.043.951,94
Sentenças judiciais	2.723.684,15	2.678.904,78
Contribuições previdenciárias	324.651,28	265.832,02
Outros benefícios	21.065,22	-
Serviços	759.037,82	838.173,14
Contribuições ao PIS/PASEP e outras	2.350.049,90	1.664.624,01
Variações patrimoniais diminutivas diversas	-	21.817,50
Saídas financeiras	191.115.244,91	163.283.453,00
Resultado financeiro	36.991.092,22	973.534,61

15.2 Resultado patrimonial

Demonstramos as variações que afetaram o resultado do exercício, porém, não possuem efeito diretamente financeiro até que se realizem:

Variações patrimoniais aumentativas	2022	2021
Remuneração de aplicações financeiras	97.600.322,46	48.898.729,85
Reavaliação de ativos	29.334.504,02	43.850.005,04
Apropriação de contribuição suplementar (imóveis)	11.240.553,64	22.497.013,64
Reversão de provisões para contingências	730.706,80	1.004.413,12
Apropriação de contribuição suplementar (direito creditório)	2.709.999,32	9.137.098,58
Apropriação de contribuição suplementar - parcelamentos	-	14.983.772,56
Reversão de provisões matemáticas	608.216.225,87	864.470.967,14
Total das variações patrimoniais aumentativas	749.832.312,11	1.004.841.999,93
Variações patrimoniais diminutivas		
Desvalorização de aplicações financeiras	85.346.838,74	41.135.849,86
Constituição de provisões para contingências	1.497.881,42	730.706,80
Depreciação e amortização	22.174,67	22.744,00
Constituição de provisões matemáticas	616.685.346,95	1.030.148.928,37
Total das variações patrimoniais diminutivas	703.552.241,78	1.072.038.229,03
Resultado patrimonial	46.280.070,33	-67.196.229,10

16 DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Seguindo a regra estabelecida no inc. II do artigo 119 da Lei Complementar nº 139, de 28 de dezembro de 2001, com redação dada pela Lei Complementar nº 645/2020, do Município de São José do Rio Preto, a partir do exercício de 2022, a taxa administrativa do Regime Próprio de Previdência foi estabelecida em 2,4% sobre a nova base estipulada pela citada legislação (apenas sobre total de remuneração de ativos).

Conforme quadro abaixo, no ano de 2022, o gasto com utilização de recursos da taxa administrativa correspondeu ao percentual de 1,87%.

	2022	2021
Remuneração	315.669.721,37	584.791.195,76
Despesas administrativas	5.895.486,01	5.031.295,05
	1,87%	0,86%

Em 2021, quando o valor da taxa administrativa era limitado a 2% da antiga base, concernente ao valor total da remuneração dos servidores ativos, aposentados e pensionistas, a despesa administrativa correspondeu a 0,86%.

Em 31/12/2022, a reserva de recursos oriundos da taxa administrativa correspondia a R\$ 2.939.732,06.

17 IMPOSTOS DE RENDA RETIDO NA FONTE

Os valores retidos na fonte correspondentes ao imposto de renda sobre vencimentos, serviços e outros, são recolhidos mensalmente aos cofres do Município, atendendo às normas da Constituição Federal. O valor recolhido no exercício de 2022 corresponde ao montante de R\$ 23.947.665,79.

18 PASEP

O valor do PASEP, calculado na forma da legislação vigente, é recolhido mensalmente à Secretaria da Receita Federal, sendo que todos os valores devidos foram recolhidos nos prazos fixados em lei, inexistindo qualquer tipo de pendência, totalizando, no ano de 2022, o montante de R\$ 2.481.313,55.

19 PRÓ-GESTÃO

A certificação no âmbito do Pró-Gestão RPPS permite atestar que um determinado Regime Próprio de Previdência Social que tenha aderido ao programa conseguiu implementar boas práticas de gestão previdenciária, alcançando os objetivos de melhoria do controle de seus ativos e passivos, aumentando ainda a transparência no relacionamento com os segurados e a sociedade. Em 2022 o Regime Próprio de Previdência Social de São José do Rio Preto obteve a Certificação Institucional Nível III do Pró-GEstão RPPS (MTP).

20 REGULARIDADE PREVIDENCIÁRIA

O Certificado de Regularidade Previdenciária - CRP é um documento fornecido pela Secretaria de

Previdência, do Ministério da Economia, que atesta o cumprimento dos critérios e exigências estabelecidos na Lei nº 9.717 de 27 de novembro de 1998, pelo Regime Próprio de Previdência Social. O documento atesta que o ente federativo segue todas as normas de boa gestão minimamente exigidas, de forma a assegurar, dentre outros, o pagamento dos benefícios previdenciários aos seus segurados.

Em 31 de dezembro de 2022, a Entidade apresentou regularidade em seu Certificado de Regularidade Previdenciária, ainda vigente na data de emissão deste relatório.

21 EVENTO SUBSEQUENTE

21.1 – Reservas Matemáticas e Balanços Levantados em 2021

Após o envio dos demonstrativos contábeis finais de 31 de dezembro de 2021 ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, através do sistema AUDESP, com protocolo 6909103 em 15 de fevereiro de 2022, foi encontrada uma divergência no lançamento contábil das reservas matemáticas nos balanços daquele exercício. Em consulta formal ao Tribunal de Contas em 10 de março de 2022, quando foi solicitada pela equipe a rejeição dos arquivos enviados para a devida correção (protocolo TEC0000107033), esta Entidade foi orientada a retificar os ajustes manualmente para 31 de dezembro de 2021. Os números das demonstrações contábeis de 2021, devidamente auditados, consideram os ajustes realizados e podem ser acessados em <https://www.riopreto.sp.gov.br/wp-content/uploads/arquivosPortalGOV/riopretoprev/auditoria--contas-anuais/rpps-rio-preto-31-12-2021.pdf>

Assinatura Digital

Hélio Antunes Rodrigues

Analista Contábil

CRC – 1SP162962O/0

Assinatura Digital

Vanessa Lago Martins

Analista Contábil

CRC – 1BA036270

* * *



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 95ED-5315-0FA4-04D0

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

- ✓ **HELIO ANTUNES RODRIGUES** (CPF 974.XXX.XXX-04) em 29/03/2023 09:46:13 (GMT-03:00)
Papel: Parte
Emitido por: AC VALID RFB v5 << AC Secretaria da Receita Federal do Brasil v4 << Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5
(Assinatura ICP-Brasil)
- ✓ **VANESSA LAGO MARTINS** (CPF 022.XXX.XXX-61) em 29/03/2023 09:59:34 (GMT-03:00)
Papel: Parte
Emitido por: AC VALID RFB v5 << AC Secretaria da Receita Federal do Brasil v4 << Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5
(Assinatura ICP-Brasil)
- ✓ **JAIR MORETTI** (CPF 275.XXX.XXX-04) em 29/03/2023 14:55:23 (GMT-03:00)
Papel: Parte
Emitido por: AC VALID RFB v5 << AC Secretaria da Receita Federal do Brasil v4 << Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5
(Assinatura ICP-Brasil)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://riopretoprev.1doc.com.br/verificacao/95ED-5315-0FA4-04D0>